



Observatório Sectores



Redacção Aberta



Conferência Negócios



Negócios é Portugal

SEGUROS

O ciber-risco, o futuro de um fenómeno presente

José Galamba de Oliveira, presidente da Associação Portuguesa de Seguradoras, considera que "estes seguros não vão passar apenas pela venda de uma apólice, mas pela venda de um serviço", tal como já é tendência nos Estados Unidos.



David C. Santos



Ler mais tarde

Filipe S. Fernandes

11 de abril de 2019 às 14:15

"O ciber-risco é uma nova área, ainda é um bebé a dar os primeiros passos no portefólio dos seguros, mas está em crescimento exponencial. Na Europa ainda

portefolio dos seguros, mas esta em crescimento exponencial. Na Europa ainda estamos a caminhar devagar em relação aos Estados Unidos, onde são feitas 85% das apólices em ciber-risco, porque na Europa a regulamentação não obrigava", assinalou Nuno Almeida e Silva CEO da OutScope. "Mas com o RGPD as empresas vão começar a olhar mais para a necessidade de transferir esse risco".

"São os novos riscos que surgem, a que o setor segurador do ponto de vista mundial já respondeu, e em Portugal estamos a procurar fazer o desenvolvimento de produtos adequados às necessidades do consumidor particular, profissional ou empresa", salientou Rogério Dias, diretor-geral da Generali, adiantando que "a Generali em Portugal não tem uma oferta em ciber-risco, existe uma solução internacional para empresas".

Paula Neto, diretora da distribuição tradicional da Liberty Seguros, referiu que a Liberty tem um produto que cobre ciber-riscos, Liberty Cyber Risks, e que foi lançado há um ano, mas como "não tínhamos conhecimento, tivemos que ir buscar este conhecimento aos nossos acionistas e ao mercado Norte-Americano".

Oficinas e consultores

Sublinhou que mesmo nos Estados Unidos é um fenómeno novo. "A nossa atividade tem sido baseada no passado, mas esta é uma coisa nova, que dificulta o lançamento de um produto. O que se consegue é à base de experiências, o mercado vai aprendendo e hoje em dia é possível aprender muito rapidamente", salientou Paula Neto.

Na Europa ainda estamos a caminhar devagar em relação aos Estados Unidos, onde são feitas 85% das apólices em ciber-risco, porque na Europa a regulamentação não obrigava.

NUNO ALMEIDA E SILVA

CEO DA OUTSCOPE

Como antevê José Galamba de Oliveira, presidente da Associação Portuguesa de Seguradoras, "estes seguros não vão passar apenas pela venda de uma apólice, mas pela venda de um serviço. Nos Estados Unidos há uma aposta na venda do seguro com o serviço incluído de especialistas e consultores de segurança, porque os hackers estão sempre em movimento e tem de se andar a correr a atrás da inovação tecnológica. Esta especialização é difícil que as seguradoras a tenham internamente".

Nuno Almeida e Silva utiliza a analogia das oficinas de automóveis parceiras no seguro automóvel e que "são as empresas de tecnologia, de consultoria, que têm de fazer parte da solução, por exemplo, na gestão de sinistros e na resolução do problema".

A próxima crise financeira pode ser provocada por um ciberataque

"A próxima grande crise financeira pode ser provocada por um ataque cibernético", disse José Galamba de Oliveira. Acrescentou que o tema dos riscos cibernéticos é da sociedade em geral, não apenas dos bancos ou das seguradoras. "Percebemos com a crise recente que o sistema financeiro é o coração da economia. Já existe uma percepção muito clara dos gestores das seguradoras da importância de se criarem mecanismos de proteção, sabendo que nunca é possível chegar a uma proteção total. É preciso canalizar investimentos para uma proteção dos negócios e de dados, que as seguradoras têm e até por questões reputacionais têm de o fazer", concluiu José Galamba de Oliveira.

O mercado português e o europeu têm de evoluir pois estima-se que em 2025 atinja os 25 mil milhões de dólares em prémios. No mercado de ciber-risco, os Estados Unidos representam 85% do mercado mundial, segue-se o Reino Unido e a Europa Continental com apenas 3% a 4%.

Neste aspeto, é preciso regulamentar a questão da partilha da informação, em

especial com as autoridades nacionais de cibersegurança. "Nestas agências já se partilha informação numa base diária porque há ataques diários às organizações, ao Estado. E como é que esta informação, que é muito rica, chega às seguradoras? Esta informação é importante para analisar e avaliar o risco cibernético", explicou José Galamba de Oliveira.